

Ações de bancos dispararam com queda dos compulsórios

Lucros das instituições devem aumentar, porque haverá mais liberdade para aplicar recursos

As ações dos bancos dispararam ontem, refletindo a expectativa do mercado de que o lucro dessas instituições aumente ainda mais com a redução dos compulsórios sobre os depósitos à vista. Banco do Brasil PN, por exemplo, disparou 5,63%, enquanto Itaú PN subiu 2,82%. Bradesco PN teve alta de 2,75% e Unibanco PN, de 4,44%.

Nesse cenário, o Deutsche Ixe anunciou que vai elevar as estimativas de lucro dos bancos brasileiros. O analista Mario Pierry acredita que a projeção de lucro líquido para o Bradesco em 2004 deve subir 8%, enquanto as previsões para Itaú e Unibanco no mesmo período devem ser elevadas em 4%.

Para o ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros, os bancos deverão usar os R\$ 8 bilhões que serão liberados com a redução dos compulsórios dos depósitos à vista majoritariamente para comprar títulos públicos. Ele ressalta que é um mau negócio para o governo, uma vez que, hoje, esses recursos ficam no BC sem remuneração, e agora, tudo indica, passarão a ter um custo para o Tesou-

ro. Ele estima que, considerando uma taxa Selic média de 20% ao longo de um ano, o governo terá um custo fiscal de R\$ 1,6 bilhão se os R\$ 8 bilhões forem destinados para a compra de títulos públicos. Para evitar esse problema, Mendonça de Barros diz que bastaria o BC ter vinculado a redução do compulsório ao aumento das operações de crédito. O recolhimento só cairia para as instituições que se dispusessem a emprestar o dinheiro. A questão, segundo ele, é que a equipe econômica é avessa a qualquer medida que pareça heterodoxa.

Mendonça de Barros entende que seria mais indicado, em primeiro lugar, reduzir mais os juros básicos. A segunda opção seria cortar o compulsório dos depósitos a prazo (CDBs), porque esse recolhimento tem um impacto mais forte sobre os spreads bancários. A terceira alternativa seria reduzir a alí-

CUSTO DO
GOVERNO
PODE SER DE
R\$ 1,6 BI

quota remunerada pela Selic dos compulsórios sobre os depósitos à vista, hoje em 8%. Desse modo, não haveria um aumento do custo fiscal para o Tesouro. "A última opção seria baixar a taxa do recolhimento não remunerada dos depósitos à vista, mas desde que essa queda fosse vinculada ao aumento das operações de crédito. A medida tomada pelo BC foi malfeita." (Sergio Lamucci, Silvia Fregoni e Aline Cury Zampieri)